

Evandro Nunes Franco

Evandro Nunes Franco

COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA PROTEÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Prefácio
Vladimir da Rocha França

Apresentação
José Roberto Pimenta Oliveira

FÒRUM

COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA PROTEÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Prefácio

Vladimir da Rocha França

Apresentação

José Roberto Pimenta Oliveira

“Em seu livro, Evandro Nunes Franco cuida das competências constitucionais dos Tribunais de Contas na preservação e na defesa do modelo jurídico de concurso público. Nele se verifica a eficiência do autor ao descrever o sistema do Direito Positivo brasileiro, com especial foco na identificação dos instrumentos dos Tribunais de Contas e seus limites na prevenção e na repressão da gestão ilegal das despesas de pessoal.”

Vladimir da Rocha França

“Não há menor dúvida de que a obra, ora apresentada, é valiosíssima para todos e todas que pesquisam, investigam, estudam, atuam, operam ou exercem atividades ou desempenham função pública, no seio do controle externo, por descortinar com figurino perfeito o papel essencial dos Tribunais de Contas ‘na garantia do direito fundamental ao amplo acesso a cargos, empregos e funções públicas em razão de suas mais diversas formas e possibilidades de atuação’, nas palavras do autor.”

José Roberto Pimenta Oliveira

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro

DIREITO PÚBLICO; DIREITO CONSTITUCIONAL;
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Palavras-chave

TRIBUNAL DE CONTAS CONCURSO PÚBLICO,
TRIBUNAIS DE CONTAS CONCURSO PÚBLICO,
TRIBUNAIS DE CONTAS, CONCURSO
PÚBLICO, CONTROLE CONCURSO PÚBLICO,
COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 3597

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F825c Franco, Evandro Nunes
Competências constitucionais dos Tribunais de Contas na proteção do concurso público / Evandro Nunes Franco. Belo Horizonte: Fórum, 2025.
244p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-933-9
ISBN digital 978-65-5518-932-2

1. Tribunal de Contas concurso público. 2. Tribunais de Contas. 3. Concurso Público. 4. Controle concurso público. 5. Competências constitucionais. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FRANCO, Evandro Nunes. *Competências constitucionais dos Tribunais de Contas na proteção do concurso público*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 244p. ISBN 978-65-5518-933-9.

Evandro Nunes Franco

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri (CE).

PREFÁCIO	
Vladimir da Rocha França	15
APRESENTAÇÃO	
José Roberto Pimenta Oliveira	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
O PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	25
1.1 O concurso público nas Constituições brasileiras.....	33
1.1.1 Constituição de 1824	34
1.1.2 Constituição de 1891	37
1.1.3 Constituições de 1934 e 1937	39
1.1.4 Constituição de 1946	43
1.1.5 Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969 ..	45
1.2 A Constituição de 1988: a consagração do concurso público e as demais formas de ingresso permitidas	49
1.2.1 Admissão via concurso público.....	53
1.2.2 Admissão por livre nomeação e exoneração (cargos em comissão).....	71
1.2.3 Contratação temporária para atender a excepcional interesse público.....	76
1.2.4 Admissão de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.....	80
1.2.5 Admissão em cargos de natureza jurídico-política especial	82
1.2.6 Provimento derivado	82
1.2.7 Servidores estabilizados e servidores não estáveis.....	87
1.2.8 Terceirização	90
1.2.9 Outros meios de admissão no serviço público.....	93
1.3 A prevalência do concurso público na ótica do Supremo Tribunal Federal.....	96
1.4 Perspectivas para o sistema de concursos públicos e a busca pela eficiência na admissão de pessoal: a Lei Geral dos Concursos Públicos, o Concurso Nacional Unificado e a PEC nº 32/2020	104
CAPÍTULO 2	
O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFETUADO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	115
2.1 Controle externo da Administração Pública: aspectos relevantes	118
2.1.1 Da associação do termo “controle externo” à atuação dos Tribunais de Contas	118
2.1.2 A autonomia dos Tribunais de Contas no exercício do controle externo.....	119
2.1.3 O controle externo além da mera legalidade.....	132
2.1.4 O controle de políticas públicas pelos Tribunais de Contas	137
2.2 O exercício da jurisdição pelos Tribunais de Contas.....	140
2.3 Os Tribunais de Contas como órgãos de auditoria	146
2.4 A atuação sancionadora dos Tribunais de Contas.....	151
2.5 O processo de controle externo no cenário constitucional atual	158

2.5.1	Das decisões nos julgamentos de contas e dos comandos relacionados a determinações e recomendações.....	165
2.5.2	Das medidas cautelares no processo de controle externo	168
2.5.3	A apreciação de constitucionalidade de leis e atos pelos Tribunais de Contas	171
2.5.4	Consensualismo no controle externo.....	173

CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA PROTEÇÃO AO CONCURSO PÚBLICO MEDIANTE O EXERCÍCIO DE SUAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		179
3.1	Análise e julgamento de contas	180
3.2	Registro de atos de pessoal	183
3.2.1	Registro de admissão de pessoal.....	190
3.2.1.1	Admissão para cargos efetivos e vitalícios, empregos públicos e postos militares	192
3.2.1.2	Provimento derivado de cargos públicos.....	194
3.2.1.3	Contratação temporária para atender a excepcional interesse público.....	195
3.2.2	Apreciação de concessão de aposentadorias e reformas	197
3.3	Realização de auditorias, inspeções e fiscalizações	198
3.3.1	Auditorias	199
3.3.2	Inspeções.....	205
3.3.3	Acompanhamentos.....	206
3.3.3.1	Acompanhamento de concursos públicos	207
3.3.3.2	Acompanhamento de licitações e de contratos de terceirização	213
3.3.4	Levantamentos	216
3.4	Atribuições complementares.....	219
3.4.1	Denúncias, representações e função de ouvidoria.....	219
3.4.2	Consultas.....	221
3.4.3	Termo de ajustamento de gestão e soluções consensuais.....	224
3.5	Limites à atuação dos Tribunais de Contas na atuação em prol do concurso público	226
CONCLUSÃO		229
REFERÊNCIAS.....		235